

## Harvey versus Marx sobre as Crises do Capitalismo Parte 1: Entendendo Marx Erroneamente

Por Andrew Kliman

A lei da queda tendencial da taxa de lucro de Marx é indispensável para explicar a Grande Recessão e entender como prevenir grandes crises econômicas no futuro.

Publicado em 10 de março de 2015 no New Left Project

[http://www.newleftproject.org/index.php/site/article\\_comments/harvey\\_versus\\_marx\\_on\\_capitalisms\\_crises\\_part\\_1\\_getting\\_marx\\_wrong](http://www.newleftproject.org/index.php/site/article_comments/harvey_versus_marx_on_capitalisms_crises_part_1_getting_marx_wrong)

David Harvey, conhecido geógrafo Marxista, recentemente publicou um rascunho de artigo (Harvey, 2014) que vigorosamente critica a lei da queda tendencial da taxa de juro (LQTTJ) de Karl Marx, seu lugar dentro da teoria das crises econômicas capitalistas de Marx e sua relevância para a Grande Recessão e o resultado prolongado da recessão. A lei diz que a taxa de lucro tende a cair por causa do progresso tecnológico poupador de trabalho sob o capitalismo. Ao diminuir os custos de produção, inovações tecnológicas tendem a manter os preços dos produtos de subir e isso torna difícil para os lucros das empresas aumentar tão rapidamente quando o montante de capital que investiram para produzir seus produtos.

Se esse processo estava ou não dentre as causas subjacentes da Grande Recessão é uma questão de grande importância política. Em pauta está se as políticas que buscam fazer com que o capitalismo funcione melhor - troca do neoliberalismo pelo capitalismo estático, regulação financeira, redução da inequidade, políticas que favorecem a produção sobre a finança, e assim por diante - podem ter êxito em prevenir grandes crises econômicas no futuro. A teoria da crise calcada na LQTTJ sugere que tais políticas não podem em última instância ser exitosas, porque elas deixam intacto a busca da maximização do lucro e o elo entre progresso tecnológico e queda da lucratividade, que são partes integrantes de toda forma de capitalismo.

A grande reclamação de Harvey é que a LQTTJ e a teoria das crises baseada nela são mono-causal: ignora outras causas da crise assim como fatores contraditórios e seus proponentes atuais apresentam ela tipicamente em uma forma que “exclui a consideração de outras possibilidades”. Vou argumentar que isso é somente uma falácia do espantalho.

A verdadeira questão não é que alguém advogou uma teoria *mono-causal*, mas que Harvey faz campanha para que podemos chamar de uma teoria *apousa-causal*, uma na qual a LQTTJ não desempenha qualquer papel (*apousa* é “ausente” em grego). É ele que está tentando excluir algo de consideração. À luz da ênfase dele sobre o “turbilhão de forças conflitantes do capitalismo” e suas “contradições e tendências a crises múltiplas”, espera-se que ele nos impeliria a considerar todas as causas potenciais das crises, excluindo nada. Entretanto, Harvey não está meramente sugerindo que outras causas potenciais da crise sejam consideradas junto com a LQTTJ. Ele parece determinado a consignar ela e a teoria das crises baseada nela ao lixo da história. Grande parte de seu artigo é dedicado ao questionamento de se a LQTTJ é uma lei genuína, se Marx realmente subscreveu a ela no final, se existe boa evidência de que a taxa de lucro caiu, e se caiu pela razão que a lei diz que tende a cair. Responderei a tudo isso também.

Outros dois aspectos do artigo de Harvey também serão discutidos:

1. Harvey argumenta que o aumento da força de trabalho global desde a década de 1980 sugere que a LQTTJ não está operativa. Mostrarei que esse argumento é baseado em um desentendimento elementar da lei.
2. Harvey argumenta que Marx argumentou que “se os salários estão baixos, então a falta de demanda efetiva se mostrará um problema”. Mostrarei que esse argumento contradiz a própria interpretação recente dele do texto de Marx (Harvey, 2012) e argumento que ele acertou da primeira vez.

Deixe-me observar que a atitude dele para com a LQTTJ não é nem surpreendente nem única. Embora ele escreva que a teoria das crises baseada na lei de Marx “possui uma posição icônica dentro do imaginário marxista”, na verdade nada tem sido mais ultrajado. Na academia assim como no reino político, outros marxistas e esquerdistas têm denunciado regularmente o suposto dogmatismo da teoria e seus apoiadores, e eles têm buscado excluir a teoria de análises mais aprofundadas. Por exemplo, em *História da Economia Marxiana*, os professores M. C. Howard e J. E. King (1992, p. xiii) escreveram que a LQTTJ “causou muitos danos para as credenciais intelectuais da economia política marxiana”, enquanto a organização de Kshama Sawants, Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores, recentemente suspendeu dois “dogmáticos” da associação. É particularmente censurável que esforços para excluir de consideração uma explicação potencial são apresentadas como *oposição* ao dogmatismo, e que essa variante é tão frequentemente aceita.

## Os dados da força de trabalho

Harvey cita uma estatística que sugere que a empregabilidade tem aumentado marcadamente - a força de trabalho global aumentou em 1.1 bilhões de trabalhadores entre 1980 e 2005 - e ele tenta usar isso como evidência contra a ideia de que a taxa global do lucro caiu. Ele devota mais de mil palavras ao tópico, chegando à conclusão de que

aqueles que atribuem as dificuldades do capitalismo contemporâneo à tendência da taxa de lucro em cair são, julgando por essa evidência da participação do trabalho, seriamente equivocados. As condições apontam para um vasto aumento e não uma constrição na produção e extração de mais-valor.

Os dados realmente sugerem que a *massa* - o montante absoluto - de mais-valor ou lucro aumentaram. Mas a questão aqui é o que aconteceu com a *taxa* de lucro, o montante de mais-valor ou lucro como uma porcentagem do volume de capital investido. Um aumento do numerador de uma relação (taxa) não é evidência de que a relação como um todo aumentou. Se a porcentagem aumenta no denominador da taxa de lucro, o capital investido, era maior que o aumento da porcentagem no numerador, então a taxa de lucro caiu. Dado que Harvey não mostra, e nem ao menos sugere, que o denominador falhou em aumentar por uma grande porcentagem, a estatística que ele cita é simplesmente não evidência de que a taxa de lucro cresceu.

Entretanto, Harvey sustenta que o aumento na empregabilidade é, por si mesma – independente de qualquer aumento em capital investido – evidência crucial de que a

LQTTJ de Marx não tem estado operativa desde o começo da década de 1980. “Se a teoria geral da tendência da taxa de lucro em cair está correta, então as amplas mudanças tecnológicas de economia de trabalho ... deveria significar uma tendência para o número de trabalhadores assalariados empregados pelo capital em diminuir. Isso foi algo que o próprio Marx livremente reconheceu”.

Isso é simplesmente incorreto. A passagem que Harvey cita em suporte ao seu argumento de que Marx “livremente reconheceu” que a LQTTJ implica um declínio na empregabilidade na verdade diz que a mudança técnica de economia de trabalho (“o desenvolvimento da produtividade”) “reduz o total quantitativo de trabalho *aplicado por um dado capital*” (Marx, 1991a, pp. 355-356, grifos adicionados). “Aplicado por um dado capital” significa “aplicado por um capital de um dado tamanho”. Se, por exemplo, o capital investido é originalmente \$1 milhão e 10 trabalhadores são empregados, enquanto depois o capital investido é \$4 milhões e 20 trabalhadores são empregados, o número de trabalhadores empregados “por um dado capital” - e.g., por milhões de dólares de capital - caiu de 10 trabalhadores para 5. Isso não significa o que Harvey acha que significa, nomeadamente que o volume absoluto de empregabilidade caiu. O volume absoluto de empregabilidade dobrou, de 10 trabalhadores para 20.

Mais para frente, em uma longa discussão próximo ao início de sua apresentação da LQTTJ, Marx nega explicitamente o que Harvey diz que ele “livremente reconheceu”:

A lei da queda progressiva da taxa de lucro ... de forma alguma previne a massa absoluta de trabalho coloca em movimento e explorada pelo capital social de crescer, e com ela a massa absoluta de mais-valor que ela apropria...

A queda da taxa de lucro não aumenta a partir de um declínio absoluto no componente variável do capital total, mas simplesmente a partir de um declínio relativo, a partir de sua diminuição em comparação com o componente constante.

... A magnitude absoluta do lucro, sua massa total, teria crescido assim em 50 por cento, apesar da enorme queda na taxa geral de lucro. O número de trabalhadores empregados pelo capital, i.e., a massa absoluta de trabalho que ele coloca em movimento, e assim a massa absoluta de mais-valor que ele absorve, a massa de mais-valor que ele produz, e a massa absoluta de lucro que ela produz, *pode*, portanto, crescer, e de forma progressiva, apesar da queda progressiva na taxa de lucro. Isso não somente *pode*, mas *deve* ser o caso - descontando flutuações transientes - sobre a base da produção capitalista (Marx, 1991a, pp. 322-324, grifos no original).

Seria muito difícil colocar a questão mais definitivamente e enfaticamente. Um aumento na empregabilidade não é evidência contra a LQTTJ.

### A “aparente vacilação e ambivalência” de Marx

Em um esforço para justificar seu “ceticismo de longa data sobre a relevância geral da lei”, Harvey escreve, “Nós sabemos que a linguagem de Marx vacilou cada vez mais entre chamar seu achado de lei, uma lei da tendência ou até mesmo algumas vezes

somente uma tendência”. Porém, o que Harvey constrói como vacilação entre “tendência” e “lei” é, na verdade, uma distinção inevitável entre o que ocorre no mundo e o que explica por ocorre. Marx observou que a taxa de lucro tem uma *tendência* em cair, e ele apresentou uma lei para explicar porque ela tende a cair. Onde está a vacilação?<sup>1</sup>

Nem Marx vacilou entre chamar a LQTTJ uma “lei” e chamar ela de uma “lei de uma tendência”; ele considerou *todas* as leis econômicas como leis de tendência. No capítulo 10 do volume 3 de *O Capital*, por exemplo, ele escreveu, “Nós assumimos uma taxa geral de mais-valor desse tipo, como uma tendência, como todas as leis econômicas ...” (Marx, 191a, p. 275). O ponto é bastante simples: não se pode identificar uma lei que responde a toda flutuação em uma variável econômica como a taxa de lucro, porque essas flutuações são puramente não governadas por leis. Elas são afetadas por todo tipo de contingências e impedimentos. Só é possível identificar leis das tendências que a variável exibe em meio e apesar das contingências e impedimentos.

Mesmo assim, Harvey possui base adicional para sua crença de que Marx era ambivalente em relação à LQTTJ. Por um lado, “Marx não fez menção a qualquer tendência da taxa de lucro em cair em seus escritos políticos como *A Guerra Civil na França*”. *A Guerra Civil na França* também não faz menção a quaisquer fenômenos tais como trabalho excedente e mais-valor. Harvey consideraria essa ausência como evidência legítima de que Marx tinha dúvidas sobre a existência de trabalho excedente ou mais-valor? Ele consideraria isso uma justificativa para um “ceticismo de longa data sobre sua relevância em geral”?

Como mais uma prova das supostas dúvidas de Marx sobre a LQTTJ, Harvey observa que a análise dele das crises de 1848 e 1857 as descrevem como “crises comercial e financeira” e se refere à queda da taxa de lucro somente de passagem. Michael Krätke, um escolar marxista, usou um argumento similar. Isso parece ser evidência importante para aqueles acostumados à terminologia marxista agora prevalente, na qual recessões e depressões são chamadas crises, mas uso da palavra mudou bastante desde a época e Marx. Quando ele se referiu às crises econômicas, ele *queria dizer* crises comercial e financeira. Ele distinguiu essas crises das recessões econômicas que elas iniciam, caracterizando as fases sucessivas do ciclo de negócios como “períodos de moderada atividade, prosperidade, excesso de produção, crise e estagnação”, e “períodos de mediana atividade, produção em alta pressão, crise e estagnação” (Marx, 1990, pp. 580, 785).

Além disso, Marx não reconheceu a tendência da taxa de lucro em cair como uma causa *imediata* das crises comercial e financeira. Ele argumentou que um declínio na taxa de lucro leva a uma crise indiretamente e depois de algum atraso. Ela promove excesso de produção (por, e.g., diminuindo a demanda de investimento produtivo). Ela também promove especulação e estelionato financeiro: “Se a taxa de lucro cai ... temos estelionato e promoção geral de estelionato, através das tentativas desesperadas no caminho de novos métodos de produção, novos investimentos de capital e novas aventuras, para assegurar algum tipo de lucro extra”. É somente quando débitos finalmente não podem ser pagos que uma crise – isto é, uma crise financeira – emerge, e a crise então leva a uma estagnação: “A corrente de obrigações de pagamento em datas

---

<sup>1</sup> Ver Kliman, Freeman, Potts e Cooney (2013) para uma discussão da função da lei e o significado de “lei” nesse contexto.

específicas é quebrada em centenas de lugares, e isso é cada vez mais intensificado pelo acompanhamento de um colapso do sistema de crédito, que se desenvolveu em ao lado do capital. Tudo isso, portanto, leva a crises violentas e agudas, desvalorizações forçadas repentinas, uma verdadeira estagnação e rompimento do processo de reprodução, e então para um declínio verdadeiro na reprodução” (Marx, 1991a, pp. 349-350, 367, 363).

Uma vez que entendemos que Marx estava se referindo a rupturas das relações comercial e financeira quando ele usou o termo “crise” e que ele reconheceu a existência de muitos elos intermediários entre a queda da taxa de lucro e a eclosão da crise, não é nem surpreendente nem particularmente significativa que ele algumas vezes discutisse crises em abstração a partir da tendência da taxa de lucro em cair. Ele estava apenas sendo rigoroso e dialético, lidando com cada coisa em seu tempo ao invés de criar uma confusão caótica ao lidar com tudo ao mesmo tempo.

Harvey também observa que “Marx nunca voltou à teoria da queda da taxa de lucro” depois de 1868 e que “isso parece estranho que Marx escolheria ignorar nos últimos doze anos de sua pesquisa o que ele anteriormente chamou nos *Grundrisse* de “a mais importante lei da economia política”. Entretanto, a inferência de que Marx “ignorou” a LQTTJ não parte de qualquer evidência. Quando eu resolvi satisfatoriamente uma questão teórica ou empírica, eu não continuo lidando com ela obsessivamente, mas sigo em frente. Isso não significa que ignoro a resposta que cheguei; eu tomo ela como dada. A evidência sugere para mim que Marx trabalhou de forma similar. De forma Harvey trabalha?

Então a verdadeira questão é se, antes de seguir em frente, Marx estava satisfeito com sua explicação de porque a taxa de lucro tende a cair. A evidência deixa pouco espaço para dúvida. Em resposta a Michael Heinrich (que recentemente apresentou argumentos similares aos de Harvey), meus coautores e eu apresentamos “evidência considerável na correspondência de Marx – abrangendo o período de 1865 a 1877 – de que ele estava satisfeito com seus resultados teóricos e que ele considerava *O Capital*, não somente o primeiro volume que ele publicou, mas também os volumes que permaneciam não publicados, como um produto acabado em um sentido teórico” (Kliman, Freeman, Potts, Gusev e Cooney, 2013). Heinrich ainda não respondeu a essa evidência e Harvey se abstém de discuti-la.

Quando à visão de Marx de que a LQTTJ era a lei mais importante da economia política, isso não foi um comentário pontual feito inicialmente e então “ignorado”. Ele afirmou isso não somente nos *Grundrisse* de 1857-1858, mas também em seu manuscrito econômico de 1861-1863: “Essa lei, e é a lei mais importante da economia política, é de que a *taxa de lucro tem uma tendência em cair com o progresso da produção capitalista*” (Marx, 1991b, p. 104; grifos no original). Mais tarde, quando escrevendo o volume 3 de *O Capital*, Marx foi além da reivindicação de que a LQTTJ era a lei mais importante. Ele agora sustentou que ela era tão importante que toda a economia política desde Adam Smith girou em torno da busca dessa lei: “dada a grande importância que essa lei tem para a produção capitalista, pode-se muito bem dizer que ela forma o mistério em volta da qual a solução para toda a economia política gira desde Adam Smith” (Marx, 1991<sup>a</sup>, p. 319).

## A mítica teoria mono-causal

O entendimento inadequado de Harvey do texto de Marx é também o que reside na raiz de sua acusação de que a LQTTJ e a teoria da crise capitalista baseada nela são mono-causal. Ele sustenta que a lei de Marx é derivada de um “modelo altamente simplificado” que se escora em um número de suposições “draconianas”. Isto é, a lei é válida somente se todas as suposições são verdadeiras no mundo real. Mas pela virtude dessas suposições, a lei exclui todas as causas potenciais da queda da lucratividade que não a mudança técnica de economia de trabalho, e isso exclui todos os fatores que podem manter a taxa de lucro de cair pela contraposição do efeito da mudança técnica. Assim, a lei é mono-causal, como é qualquer teoria da crise que emprega ela sem combina-la ecleticamente com fatores estranhos.

Ainda assim, Harvey reconhece que as suposições draconianas *não são encontradas no texto de Marx*: “Enquanto Marx escrupulosamente expõe suas suposições no Volume 1 [de *O Capital*], ele não o faz no caso da teoria da queda da taxa de lucro [no Volume 3]”. Como, então, ele sabe que Marx na verdade fez essas suposições draconianas?

Em um caso, pelo menos, ele está demonstravelmente errado. De acordo com Harvey, a lei de Marx assume que todas as mercadorias (“com exceção da força de trabalho”) são compradas e vendidas por seus valores reais, ao invés de preços que diferem desses valores<sup>2</sup>. Esse não é o caso. A lei é assunto da Parte 3 do terceiro volume. Marx, na Parte 2, já derivou o resultado que, apesar de grandes discrepâncias que podem existir entre os valores e os preços das mercadorias pelos quais elas realmente são vendidas, o preço total da saída na economia como um todo é igual e (e assim limitado pelo) valor total dessa saída. Consequentemente, quando o preço que uma empresa ou indústria recebe pelo seu produto excede o valor do produto, esse ganho vem puramente às custas de uma perda compensada incorrida por outros capitalistas. Os preços de seus produtos são menores que seus valores. E segue disso, primeiro, que o lucro total é igual ao (e limitado pelo) mais-valor total que foi criado, e segundo, que discrepâncias entre preços e valores deixa não afetado a taxa de lucro geral da economia a qual a LQTTJ pertence<sup>3</sup>.

Esses *resultados*, não algumas *suposições* de que tudo vende pelo seu valor, são a base sobre a qual Marx (1991b, p. 104, grifos no original) derivou a lei da queda tendencial da taxa de lucro:

Nós vimos que [a taxa de lucro] é diferente para o capital individual [desde] a relação de mais-valor para com o montante total de capital avançado. Mas, também foi mostrado que considerando o ... *capital total da classe capitalista*, a taxa média de lucro é nada mais que o mais-valor total relacionado com e calculado sobre esse capital total ...

---

<sup>2</sup> Ele sustenta que o volume 3 de *O Capital* retém essa suposição, feita durante muito dos volumes 1 e 2, de que “todas as mercadorias trocam a seus valores (com exceção da força de trabalho)”. Entretanto, a suposição em questão não exclui a força de trabalho. Ao assumir que a força de trabalho, também, é comprada por seu valor total, Marx foi capaz de explicar como o lucro surge na produção, não no mercado, e explicar isso sem abandonar a ideia de que a troca de mercadoria é “de fato o próprio Éden dos direitos inatos do homem ... o reino exclusivo de liberdade, igualdade, propriedade e Bentham” (Marx, 1990, p. 280).

<sup>3</sup> Estou consciente de que a alegação de que a derivação de Marx desses resultados foi provada como sendo internamente inconsistentes, mas isso é apenas um mito pernicioso. Ver capítulo 8 de Kliman (2007).

. Aqui, portanto, nós mais uma vez estamos em solo firme, onde, sem entrar na competição de muitos capitais, podemos derivar a lei geral diretamente da natureza geral do capital como até então desenvolvido. Essa lei, e é a lei mais importante da economia política, é a *taxa de lucro tem uma tendência em cair com o progresso da produção capitalista*.

Em geral, Harvey torna a lei de Marx em um modelo que depende um conjunto de suposições restritivas ao construir a lei o mais estritamente possível. Ele não considera o todo da Parte 3 do terceiro volume, mas somente o material que lida com o que Marx chamou “a lei enquanto tal” (*das Gesetz als solches*), como uma apresentação da lei. Isso torna a lei parecer ser mono-causal e desconectada de outros fenômenos e instituições que Marx discutiu mais tarde na Parte 3. Parece não ser uma lei que opera *entre* vários fatores contraditórios e *através* da intermediação do sistema financeiro (como discuti acima), mas uma abstração de outro mundo que pode ser chamada uma lei somente sob condições imaginárias que excluem e ignoram tanto que importa no mundo real.

Harvey diz que a “exclusão” de Marx de tanto “restringe severamente a aplicabilidade [da lei]”. Embora ele saiba que Marx foi além para introduzir outros fenômenos e instituições na análise, sua delimitação da “lei enquanto tal” o previne de reconhecer isso como evidência do caráter multi-causal da LQTTJ. A introdução de fenômenos e instituições adicionais na análise não parece mais ser um enriquecimento dialético da lei que descreve ela em formas concretas nas quais ela própria se manifesta, mas uma admissão tácita de que as condições que precisam ser apresentadas a fim de que a lei opere não estão realmente presentes. A lei parece não “permanecer intacta”. Marx parece estar comprometido com uma discussão *separada* de antes, uma preocupada com “o que acontece quando as suposições feitas ao derivar a lei são deixadas de lado”. Ele parece estar chamado o status da lei em questão, exibindo sua “vacilação e ambivalência”. E nós parecemos estar precisando de uma estrutura bastante diferente para a teoria da crise, um espaço desestruturado povoado por um conjunto de fatores e fenômenos explicativos potenciais que não possuem conexões intrínsecas uns com os outros, fatores e fenômenos tão distintos uns dos outros para serem “abarrotados em alguma teoria unitária”.

O texto não precisa ser lido dessa forma. E desde que não precisa, não deveria; uma leitura maldizente não é uma boa prática interpretativa.

Não é preciso uma discussão metodológica sofisticada para entender o que está errado com a acusação de mono-causalidade. A questão é simples. Se eu apelo para a lei universal da gravitação a fim de explicar porque maçãs têm uma tendência de cair das árvores, sem mencionar outros fatores que podem fazer elas caírem, como o sopro do vento, ou fatores contraditórios, como a resistência do ar, eu não estou *assumindo* que essas outras coisas não existem. Muito menos eu estou construindo um modo mono-causal que exclui eles e que é, portanto, severamente restrito em aplicabilidade. Eu não o estou fazendo mesmo se eu explico que a lei da gravitação segue da segunda lei de movimento de Newton e evito introduzir outros fatores na equação quando mostro como ela segue. Se eu vou então falar sobre a resistência do ar e o sopro do vento, eu não estou

exibindo minha ambivalência, vacilando ou admitindo que a lei universal da gravitação opera somente no vácuo, mas falha em operar no mundo real<sup>4</sup>.

Harvey está correto que a lei de Marx não é uma “verdade absoluta” da dinâmica do capitalismo. Em outras palavras, não é somente ela a causa. Ele nem explica todo pequeno desvio na trajetória da taxa de lucro. Mas esse não é o propósito da lei. Seu propósito é “meramente” mostrar que a teoria do valor de Marx, em conjunção com sua teoria da acumulação de capital, pode explicar o fato de que a taxa de lucro tende a cair.

Em sua maioria, Harvey é bastante vago sobre exatamente quem podem ser os objetos dos dias modernos de seus criticismos. Por exemplo, ele alega que a teoria da crise enraizada na LQTTJ é “tipicamente apresentada” por seus atuais proponentes “de tal forma a excluir a consideração de outras possibilidades” e que “muitos economistas marxistas gostam de afirmar” que existe uma “teoria da crise única causal”. O fato de que ele se abstém de dar nomes torna difícil responder suas acusações. Em um momento, entretanto, ele reivindica não somente que “alguns proponentes” da lei “sugerem ... que a financeirização teve nada com a quebra de 2007-8”, mas também que “Andrew Kliman tem sido muito estridente em sua reivindicação de que a crise teve nada com a financeirização”. Entretanto, eu não reivindico isso estridentemente. Eu nem mesmo reivindico isso enquanto prestando a devido referência a meus superiores. Eu reivindico o oposto: “É claro, uma crise financeira iniciou a recessão, e os fenômenos específicos para o setor financeiro (excessiva influência, empréstimos hipotecários de risco, e assim por diante) estavam entre suas causas importantes” (Kliman, 2012, p. 6).

A sentença que acabei de citar vem do primeiro capítulo de meu livro sobre as causas subjacentes da Grande Recessão<sup>5</sup>. Parte do próximo capítulo “foca em dois elos intermediários – baixa lucratividade e o sistema de crédito – que conecta a queda na taxa de lucro ... a última crise e recessão econômica” (Kliman, 2012, pp. 16-17). E o capítulo 3, dedicado à crise financeira de 2007-8, discute o seguinte: a política de dinheiro excessivamente fácil das Reservas Federais depois do estouro da bolha do dot-com da década de 1990; titularização dos empréstimos hipotecários; empréstimo subprime; linhas de crédito de igualdade de casa; crescentes relações empréstimo-valor para empréstimos hipotecários; crescente relação de influência dos credores e redução dos requisitos de capital; o aumento no endividamento das famílias durante as décadas de 1990 e 2000; a psicologia que deu origem às bolhas dot-com e imobiliária; os modelos de previsão desastrosamente incorretos das agências de classificação de crédito; a rejeição inicial do congresso da ajuda PAAP (Programa de Alívio de Ativos Problemáticos); e o afluxo de poupanças de fora do país que chegou aos EUA. Se esse é o melhor exemplo de Harvey da negação de que a financeirização foi uma causa da crise financeira<sup>6</sup> de 2007-8, ou de uma abordagem mono-causal, eu odiaria ver seus outros exemplos.

---

<sup>4</sup> Eu penso que essa analogia do procedimento de Marx se mantém estritamente, ponto por ponto. A lei da gravitação é a análoga da LQTTJ; a segunda lei do movimento é a análoga da lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho (“lei do valor”).

<sup>5</sup> Harvey cita meu livro em outro lugar em seu artigo, mas ele não provê evidência ou citação para suportar sua versão do que eu afirmo.

<sup>6</sup> Shannon Williams e eu (Kliman e Williams (2014)) mostramos que a financeirização não foi a causa da queda nos EUA da taxa de acumulação de capital das empresas durante as décadas que precederam a Grande Recessão. Essa é, naturalmente, uma questão inteiramente diferente.



## Referências

Harvey, David. 2012. 'History versus Theory: A Commentary on Marx's Method in *Capital*', *Historical Materialism* 20:2, 3–38.

\_\_\_\_\_. 2014. 'Crisis Theory and the Falling Rate of Profit'.

Howard, M. C. and J. E. King. 1992. *A History of Marxian Economics: Volume II, 1929–1990*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press.

Kliman, Andrew. 2007. *Reclaiming Marx's "Capital": A Refutation of the Myth of Inconsistency*. Lanham, MD: Lexington Books.

\_\_\_\_\_. 2012. *The Failure of Capitalist Production: Underlying Causes of the Great Recession*. London: Pluto Books.

Kliman, Andrew, Alan Freeman, Nick Potts, Alexey Gusev, and Brendan Cooney. 2013. 'The Unmaking of Marx's *Capital*: Heinrich's Attempt to Eliminate Marx's Crisis Theory'.

Kliman, Andrew and Shannon D. Williams. 2014. 'Why "Financialisation" Hasn't Depressed US Productive Investment', *Cambridge Journal of Economics*. Print version forthcoming.

Marx, Karl. 1990. *Capital: A Critique of Political Economy*, Vol. I. London: Penguin.

\_\_\_\_\_. 1991a. *Capital: A Critique of Political Economy*, Vol. III. London: Penguin.

\_\_\_\_\_. 1991b. *Karl Marx, Frederick Engels: Collected Works*, Vol. 33. New York: International Publishers.

**Andrew Kliman** é o autor de *The Failure of Capitalist Production: Underlying Causes of the Great Recession* (Pluto Press, 2011) e *Reclaiming Marx's 'Capital': A Refutation of the Myth of Inconsistency* (Lexington Books, 2007). Professor emérito de economia da Pace University (New York), ele trabalha politicamente com o Marxist-Humanist Initiative.

Tradução: Marcelo José de Souza e Silva (marcelojss@gmail.com)

## Harvey versus Marx sobre as Crises do Capitalismo Parte 2: Entendendo a Lucratividade Erroneamente

Por Andrew Kliman

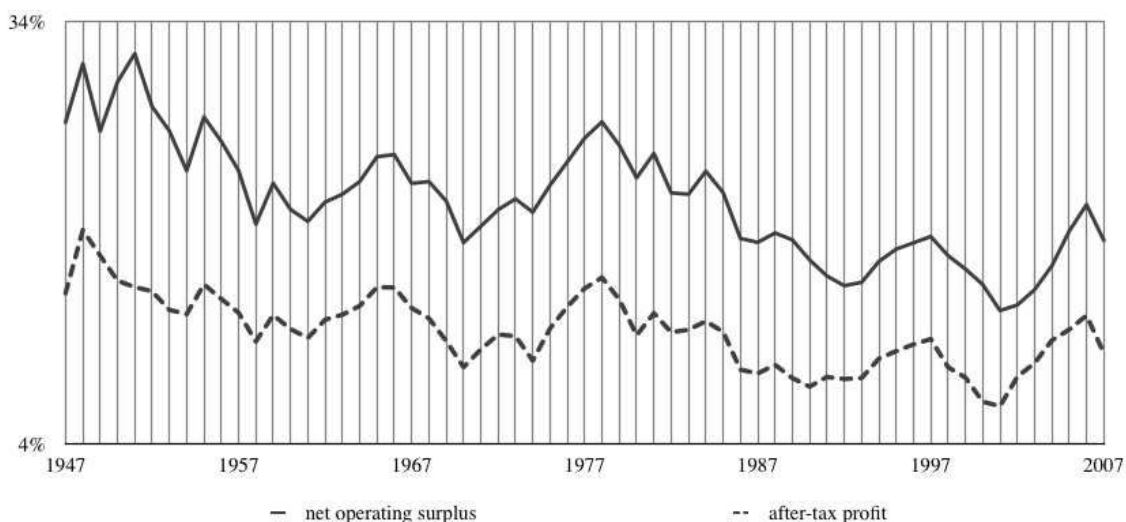
A evidência é clara: desde o fim da II Guerra Mundial até a Grande Recessão, a taxa geral de lucro das corporações dos EUA caiu, e essa queda é quase inteiramente representada pela lei da queda tendencial da taxa de lucro de Marx.

Publicado em 12 de março de 2015 no New Left Project  
[http://www.newleftproject.org/index.php/site/article\\_comments/harvey\\_versus\\_marx\\_on\\_n\\_capitalisms\\_crises\\_part\\_2\\_getting\\_profitability\\_wrong](http://www.newleftproject.org/index.php/site/article_comments/harvey_versus_marx_on_n_capitalisms_crises_part_2_getting_profitability_wrong)

A primeira parte desse artigo focou na interpretação de David Harvey (2014) da lei da queda tendencial da taxa de lucro (LQTTJ) de Marx quando a produção cresce – uma lei que Marx identificou como “a mais importante lei da economia política”. Ainda falta discutir a crença de Harvey de que a LQTTJ não estava de fato operando desde a década de 1980.

Os dados da força de trabalho discutidos na parte 1 constituem a única “evidência” de Harvey de que a LQTTJ não estava operando; ele não provê evidência direta em relação à taxa de lucro (i.e. o montante de lucro como uma porcentagem do volume de capital investido). Entretanto, ele desafia a evidência que foi apresentada por mim e outros que indica que a taxa de lucro caiu do começo ao fim das décadas de 1980 e 1990 (ver Figura 1)<sup>1</sup>.

**Figura 1 – Taxa de Lucro das Empresas dos EUA**



Harvey diz que “algumas questões sérias precisam ser feitas” sobre essa evidência. Ele está bastante certo e ele pergunta questões crucialmente importantes. O

<sup>1</sup> Os dados usados para construir a Figura 1 vem do U.S. Bureau of Economic Analysis: National Income and Products Accounts, Tabela 1.14, linhas 1, 4, 7, 9, 10 e 12; Fixed Asset, Tabela 6.3, linha 2; e Fixed Asset, Tabela 6.6., linha 2. Rendas líquidas (net operating surplus) e lucro após impostos (after-tax profit) são medidas do lucro. O denominador de ambas as taxas é investimento acumulado em ativos fixos, depreciação líquida. Depreciação é avaliada pelo custo histórico.

problema é que a discussão dele procede como se essas questões são tais que nós nunca ouvimos falar nem nunca levamos em conta. Elas são, na verdade, questões padrões, de longa data. Não existe, portanto, necessidade de *responder* a elas; minhas análises e interpretações dos dados já *anteciparam e lidaram com* elas. Eu preciso simplesmente tornar claro como elas fazem isso<sup>2</sup>.

O que Harvey chama sua “objeção mais importante” de “muito da literatura da queda da taxa de lucro” – mais uma vez, ele é vago sobre o objeto de sua crítica – é o fato de que “taxas de lucro podem cair por grande número de razões”. Portanto, “dados que mostram a queda da taxa de lucro não necessariamente confirmam a existência do mecanismo específico para o qual Marx apelou” (mudança técnica de economia de trabalho).

Isso está exatamente certo. Assim, quando eu considerei a trajetória da taxa de lucro das empresas dos EUA desde o fim da II Guerra Mundial até a Grande Recessão e eu concluí que a “lei de Marx da queda tendencial da taxa de lucro explica os fatos notavelmente bem” neste caso (Kliman, 2012, p. 137), minha conclusão *não* estava baseada no mero fato de que a taxa de lucro das empresas caiu. Estava baseada na “análise de decomposição” que separou (decompôs) várias causas potenciais da queda e mediu o efeito que cada uma teve na taxa de lucro. Além disso, por causa da forma padrão da decomposição da taxa de lucro não é particularmente apropriada quando conduzindo uma análise causal (pela razão enfatizada por Harvey), eu decompus ela de forma diferente.

Tradicionalmente, a taxa de lucro foi decomposta na taxa de mais-valor (ou relação de lucro com remuneração de empregados) e uma função da composição do valor do capital (ou relação dos componentes constante e variável do valor de capital adiantado (investido)). Isso é bom em alguns contextos, mas a composição do valor *nominal* do capital que pesquisadores constroem é diferente da composição do valor ao qual Marx se refere. Ele é afetado não somente pelo montante relativo de valor investido para adquirir meios de produção e empregar trabalhadores, mas também pelas mudanças na taxa pela qual os preços em dinheiro das mercadorias aumentam em relação aos valores reais das mercadorias. Porque dois fatores diferentes afetam ele, movimento na composição do valor nominal não possui significado bem definido, inequívoco. Por exemplo, quando a composição do valor nominal permanece constante, como foi nos EUA durante as décadas de 1960 e 1970, não podemos concluir que o montante relativo de valor investido para adquirir meios de produção e empregar trabalhadores também permaneceu constante. É possível que relativamente mais valor foi para adquirir meios de produção, o que *tende* a aumentar a composição do valor, mas esse efeito foi compensado pela inflação em aceleração<sup>3</sup>. Como Harvey corretamente enfatiza, este é um “grande problema”.

---

<sup>2</sup> Eu devo limitar essas observações à discussão de minhas próprias análises, desde que eu tenho menor conhecimento sobre as análises de outros.

<sup>3</sup> Como Harvey observa, até mesmo a composição do valor “real” do capital – o qual Marx se refere ao invés do nominal – não é puramente um índice de mudança técnica de economia de trabalho. A este respeito, ele difere das composições “técnica” e “orgânica”. Entretanto, minhas estimativas indicam que a composição do valor real das empresas dos EUA foi atrás das composições técnica e orgânica de forma muito próxima. Entre 1947 e 2007, a composição do valor real aumentou cerca de 120%, enquanto as composições técnica e orgânica aumentaram cerca de 160%. Na maior parte de todo esse período, a relação entre as diferentes composições de capital foi ainda mais forte do que esses números sugerem. A

Minha decomposição alternativa lidou com esse problema ao separar os dois determinantes. Eu decompus os movimentos gerais na taxa de lucro em

1. Movimentos causados pelas mudanças na taxa pela qual os preços em dinheiro das mercadorias aumentam em relação com os valores reais das mercadorias;
2. Movimentos causados pelas mudanças na relação de lucro com remuneração de empregados;
3. Movimentos causados por “tudo mais”.

Eu encontrei que, embora as duas primeiras causas tenham sido importantes durante certos períodos curtos, nenhuma delas possuíam um efeito substancial sobre a taxa de lucro a longo prazo – isto é, quando consideramos a era pós-guerra como um todo. Quase toda a queda da taxa de lucro de longo prazo foi, portanto, causada por mudanças em “tudo mais”.

Mas, uma vez que (1) e (2) foram colocados de lado, segue matematicamente que “tudo mais” é somente a relação de empregabilidade para com o montante de capital investido e fixado em ativos, medidos em termos de tempo de trabalho. Quase toda queda da taxa de lucro de longo prazo é atribuível ao declínio nesta relação. Em outras palavras, é atribuível ao fato de que empregabilidade consistentemente cresceu menos rapidamente do que o capital acumulado. Isso é *precisamente* como a lei de Marx explica a tendência a longo prazo da taxa de lucro em cair. Assim, a lei leva explica quase toda a queda da taxa de lucro das empresas dos EUA.

A relação do lucro com remuneração de empregados teve pouco efeito sobre a taxa de lucro porque ela mudou muito pouco. (Ela caiu um pouco durante o começo do período pós-guerra, mas não teve tendência ascendente ou descendente entre 1970 e a Grande Recessão.) É importante enfatizar que a estabilidade a longo prazo dessa relação *não* é uma miragem estatística causada pelo fato de que o governo dos EUA classifica o pagamento de diretores executivos e outros altos executivos como remuneração de empregados ao invés de lucro. Recentes estimativas minhas (ver Kliman, 2014b) indica que a reclassificação do pagamento de altos executivos como lucro causam muito pouca diferença. Sim, o pagamento deles disparou nas décadas recentes, mas simplesmente existiam muitos pouco altos executivos para isso ter muito efeito sobre os números. Entre 1979 e 2005, o aumento da partilha do produto recebido por gerentes no “0,1%” e no “1%” (o 0,1 por cento superior e o 1 por cento superior da distribuição de renda) deprimiu a partilha dos empregados de outros setores de negócios em somente 0,4 e 0,6 pontos de porcentagem, respectivamente, de acordo com minhas estimativas.

Outra das objeções de Harvey para a evidência da queda da taxa de lucro é que “existe uma lacuna entre onde lucro (valor [*sic*]) é produzido e onde ele pode ser realizado. ... Os padrões de ... fluxo de capital e receitas estão intrincadas e não está claro que os dados coletados em um ponto no sistema representam acuradamente os movimentos em sua totalidade”. Ele está correto mais uma vez. Seria errado concluir a partir dos dados discutidos acima – que referem-se à lucratividade do investimento de capital *doméstico* – de que existiu um declínio na taxa de lucro *geral* das empresas dos

---

diferença entre taxas de crescimento é devida largamente a curtos períodos (as últimas partes das décadas de 1960 e 1990) nas quais um aumento de salário excepcionalmente rápido deprimiu a composição do valor real.

EUA, tanto em investimento estrangeiro como doméstico. Minha conclusão de que a taxa de lucro caiu foi, ao invés disso, baseada sobre a consideração de ambas as contas estrangeira e doméstica. Dados governamentais dos investimentos de capital das empresas dos EUA e seus lucros a partir do investimento no exterior estão disponíveis desde o início de 1983 para frente. Eles indicam claramente que a taxa de lucro das empresas multinacionais dos EUA sobre investimento estrangeiro tendeu para baixo substancialmente entre o início desse período e a Grande Recessão (ver Figura 2)<sup>4</sup>. Por causa dos denominadores das taxas de lucro doméstica e estrangeira medem coisas de certa forma diferentes, os dois conjuntos de dados não podem ser corretamente combinados e assim não podemos afirmar a exata extensão pela qual a taxa de lucro geral das empresas dos EUA caiu. Entretanto, o fato de que ambas as taxas de lucro estrangeira e doméstica declinaram não significa que podemos ser confiantes de que a taxa de lucro geral realmente caiu.

**Figura 2 – Taxa de Lucro das Empresas Multinacionais dos EUA no Exterior**  
(renda após impostos a partir de investimento direto estrangeiro como uma percentagem de investimento estrangeiro direto acumulado)



Harvey também observa corretamente que multinacionais dos EUA usam “preços de transferência” para mudar lucros gerados em um país para os livros de uma subsidiária em um país diferente onde elas não são taxadas ou são taxadas em uma taxa menor. Ele poderia ter adicionado o fato de que dados do lucro e investimento estrangeiro das multinacionais são atribuídos aos países nos quais suas subsidiárias estrangeiras estão incorporadas, que frequentemente diferem dos países onde a produção ocorre e os produtos são vendidos. Como resultado, é difícil se não impossível saber qual a taxa de lucro das multinacionais em qualquer país particular realmente foi. Mas, isso não importa na medida em que nos preocupamos com o quadro total. Esquemas de preços de transferência permite às empresas mudar em volta de lucros e títulos de

<sup>4</sup> Os dados usados para construir a Figura 2 vem das tabelas Balance of payments and direct investment position data do U.S. Bureau of Economic Analysis. O numerador da taxa de lucro é Direct Investment Income Without Current-Cost Adjustment; o denominador é U.S. Direct Investment Position Abroad on a Historical-Cost Basis. Os dados são para “todos os países”.

investimento, mas elas não afetam o volume total de lucro ou investimento. Harvey afirma que preços de transferência permitem que os lucros sejam “disfarçados”, mas ele não provê evidência e eu não conheço tal evidência. Protegendo lucros do alcance das autoridades fiscais não é a mesma coisa que disfarça-las.

A evidência discutida assim pertence somente às empresas dos EUA. Harvey faz uma objeção de que “isso não pode ser tomado como evidência do que está acontecendo ao capital global”. Realmente, não pode, mas o que torna este fato uma legítima *objeção* neste contexto? O tópico de seu artigo é da queda na taxa de lucro como uma causa potencial da crise econômica, e ele está bem consciente que a última crise começou nos EUA antes de se espalhar pelo mundo “através de contágio no sistema financeiro global”. Desde que os EUA foi o epicentro da crise, e seu espalhamento subsequente em outros lugares possui uma explicação financeira direta, o que precisamos focar é se e como uma queda na taxa de lucro dos EUA, não a taxa global, foi uma causa subjacente da crise.

Harvey observa que a lucratividade se recuperou substancialmente nos anos recentes. É claro, tendências pós-recessão não possuem qualquer influência sobre se uma queda anterior na taxa de lucro estava entre as causas da Grande Recessão. O ponto dele é na verdade outro, desde que uma medida da taxa de lucro que falha em capturar a recuperação pós-recessão é suspeita, o que essa medida nos conta sobre o declínio anterior na lucratividade é também suspeita. Eu não concordaria mais, mas todas as taxas de lucro que computei (usando mais ou menos definições inclusivas de lucro) realmente capturam a recuperação pós-recessão. Todas elas caem durante a Grande Recessão – chegando no mínimo de 24 por cento até 38 por cento abaixo de seus valores de pico de 2006 – mas em 2013, todas elas haviam se recuperado para níveis próximos de ou maiores que aqueles de 2006. A causa principal da recuperação em lucratividade tem sido um declínio pós-recessão agudo na partilha dos trabalhadores do produto, o que por sua vez tem sido causado pelas empresas produzindo mais sem aumentar sua força de trabalho. Não tem sido causado pela “repressão do salário”. Mesmo após o ajuste pela inflação, a remuneração horário dos empregados cresceu.

### **Certo na primeira vez (sobre o “subconsumismo” de Marx)**

Porque Harvey repetidamente enfatiza que existem “forças conflitantes” e “múltiplas contradições e tendências de crise”? Porque somos apresentados com a falácia do espantalho da LQTTJ mono-causal? Veja o que essas duas coisas implicam quando tomamos as duas juntas: desde que a lei é verdadeira somente se é assumido que outras causas da crise e fatores contraditórios não existem, nós devemos *abandonar a lei* uma vez que reconhecemos que eles existem. Assim, como eu observei na parte 1, eu suspeito que a conversa da multi-causalidade está mascarando o desejo de Harvey por uma teoria da crise apouca-causal. Ele não está claramente feliz com a teoria específica multi-causal da crise que surge, quando tudo que é dito e feito desde o volume 3 de *O Capital* – uma teoria na qual a LQTTJ permanece intacta e outros determinantes como o sistema financeiro estão *vinculados* a ela e *mediados* da forma na qual aparece.

Em particular, Harvey parece querer imputar a Marx uma teoria da crise subconsumista – isto é, uma teoria na qual a falta de uma “demanda efetiva” não é o resultado mediado da operação da LQTTJ e elos intermediários tais como decisões de investimento e distúrbios financeiros dos negócios, mas um fenômeno independente, não relacionado, produzido pelo consumo restrito das massas. Ele atribui a Marx a noção

de que “se salários estão muito baixos, então a falta de demanda efetiva se mostrará um problema”. Como evidência, ele cita uma sentença do volume 3 de *O Capital* (e uma nota de rodapé similar no volume 2) na qual Marx afirma que “a razão última para todas as crises reais sempre permanece a pobreza e o consumo restrito das massas” (Marx, 1991a, p. 615).

Na honrada moda de subconsumismo em todo lugar, Harvey joga fora o contexto no qual essa sentença aparece. Quando lida em contexto, a sentença tem nada a ver com períodos em que baixos salários supostamente levam a uma demanda inadequada, nem de que o consumo restrito das massas parece ser uma “causa” das crises no sentido moderno da palavra “causa” (que Aristóteles chamou “causa eficiente”). É meramente a condição que torna as crises possíveis (uma “causa formal” aristotélica), não algo que torna essa possibilidade em uma realidade<sup>5</sup>.

*Apenas alguns anos atrás, Harvey tinha um entendimento muito mais claro da sentença e da passagem na qual ela aparece, e ele tomou cuidado em analisa-la em contexto.* Depois de perguntar de onde vem a demanda extra que permite o mais-valor que foi produzido para ser realizado na forma dinheiro, Harvey (2012, p. 25) observou que “a resposta de Marx é tão surpreendente quanto é impiedosamente honesta. Em uma sociedade fechada de duas classes composta de capitalistas e trabalhadores, só pode existir uma fonte de demanda extra e ela vem do capital, desde que o trabalho explorado nunca poderia fornecer-la”. Em outras palavras, é a demanda das empresas capitalistas por meios de produção adicionais – demanda de investimento – e demanda de famílias capitalistas por bens de consumo que permite que a porção de saída que contém o mais-valor seja vendida. Harvey então citou a partir de e de forma resumida muito da passagem em questão, a fim de tornar claro que o déficit em demanda que caracteriza crises econômicas não é devido ao consumo restrito das “massas” ou “trabalho explorado”, *desde que o consumo deles é sempre restrito – crise ou não crise.* Assim, colocar a culpa da crise sobre o consumo restrito das massas é como colocar a culpa de um acidente de avião sobre a gravidade (que sempre existe, acidente ou não acidente).

O déficit de demanda na verdade é causado pelo fato de que a demanda extra que precisa vir “do capital” temporariamente parou de vir do capital. O problema chave é que o capitalismo necessita do que Harvey (2012, p. 26) chama “acumulação de capital contínua”, i.e. investimento adicional na produção, mas um déficit na demanda ocorre quando e porque o volume de investimento produtivo adicional é menor do que é necessário.

Desde que Harvey sabe (ou pelo menos costumava saber) tudo isso, porque ele de repente tomou a sentença do “consumo restrito” fora de contexto e a utilizou a serviço de uma teoria da crise de “repressão do salário” subconsumista que é alheia à consideração verdadeira e “impiedosamente honesta” de Marx do problema de demanda? Talvez a resposta é que a consideração “impiedosamente honesta” nos leva direto para a queda na taxa de lucro. Uma vez que entendemos que uma falta de demanda é quase sempre uma questão de demanda de investimento inadequado, somos levados a perguntar porque o investimento é inadequado, e essa questão leva a duas outras: o volume de lucro (mais-valor) que foi gerado é grande o suficiente para financiar um nível adequado de demanda de investimento? E a taxa de lucro esperada sobre os

---

<sup>5</sup> Para maiores análises dessa passagem, ver pp. 165-167 de Kliman (2012). Para discussão das falhas lógicas e empíricas da teoria de subconsumismo da crise, ver capítulo 8 do livro.

novos investimentos de hoje é alta o suficiente para levar adiante o investimento no volume que é necessário?

Lucratividade inadequada era uma causa principal da desaceleração de longo prazo da demanda de investimento para ativos fixos produtivos das empresas dos EUA. Entre 1948 e 2007, a taxa de acumulação de ativos fixos delas caiu para 41%, enquanto a taxa de lucro após impostos sobre investimento em ativos fixos delas caiu para 43%. O único fator que pode influenciar a taxa de acumulação é a partilha de lucros que é reinvestida na produção; ela na verdade subiu um pouco (3%). *Todo* o declínio na taxa de acumulação de capital produtivo é, portanto, atribuível ao declínio da taxa de lucro (ver Kliman e Williams, 2014, para uma maior discussão).

Expectativas de que a lucratividade futura do investimento produtivo será inadequado também parece ter sido um grande problema já a algum tempo, assim como um determinante crucial de porque a recuperação desde a Grande Recessão tem levado tanto tempo e sido tão fraca. A fim de explicar a fraqueza da recuperação, economistas da moda e escritores econômicos como Paul Krugman, Martin Wolf e o antigo Secretário do Tesouro dos EUA Lawrence Summers, sugerem que a economia dos EUA entrou em um período de “estagnação secular” algum tempo antes da recessão, talvez tão antes como meados da década de 1980 – isto é, um período no qual uma demanda adequada não é mais sustentável a não ser que as taxas de juro de curto prazo reais ((i.e., ajustada a inflação) sejam ridiculamente baixas, talvez tão baixas quanto -2% ou -3%. Isso significa que tomadores de empréstimo pagam menos do que eles emprestaram, uma vez que a inflação é levada em conta. Se a única forma de induzir companhias a realizar investimento suficiente é prove-las com dinheiro que não precisam pagar de volta, a taxa de lucro esperada sobre novos investimentos deve ser realmente terrivelmente baixa! (Ver Kliman, 2014a, para uma maior discussão.)

Eu não estou “proclamando que é tudo consequência de alguma tendência escondida para a taxa de lucro cair”, como Harvey coloca. Isso seria errado por duas razões. Primeiro, todo tipo de elos intermediários e fatores complicadores também tem estado presentes. (A Grande Recessão também enfraqueceu a confiança dos negócios no futuro, para tomar apenas um exemplo.) Segundo, a tendência para a taxa de lucro em cair não está “escondida”. Como Hegel disse, a essência deve aparecer, ou resplandecer, no mundo observável. Eu acho que ela assim o fez.

## Referências

Harvey, David. 2012. History versus Theory: A Commentary on Marx’s Method in *Capital*, *Historical Materialism* 20:2, 3–38.

\_\_\_\_\_. 2014. [Crisis Theory and the Falling Rate of Profit](#).

Kliman, Andrew. 2012. *The Failure of Capitalist Production: Underlying Causes of the Great Recession*. London: Pluto Books.

\_\_\_\_\_. 2014a. [Clarifying “Secular Stagnation” and the Great Recession](#), *New Left Project*. March 3.



\_\_\_\_\_. 2014b. [Were Top Corporate Executives Really Hogging Workers' Wages?](#), *Truthdig*. Sept. 18.

Kliman, Andrew and Shannon D. Williams. 2014. [Why "Financialisation" Hasn't Depressed US Productive Investment](#), *Cambridge Journal of Economics*. Print version forthcoming.

Marx, Karl. 1991a. *Capital: A Critique of Political Economy*, Vol. III. London: Penguin.

**Andrew Kliman** é o autor de *The Failure of Capitalist Production: Underlying Causes of the Great Recession* (Pluto Press, 2011) e *Reclaiming Marx's 'Capital': A Refutation of the Myth of Inconsistency* (Lexington Books, 2007). Professor emérito de economia da Pace University (New York), ele trabalha politicamente com o Marxist-Humanist Initiative.

Tradução: Marcelo José de Souza e Silva (marcelojss@gmail.com)